



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SERVIÇO EM GERAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA DEFINITIVO**

**1. OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa para locação de veículos automotivos, pleito de 2024, conforme condições, quantidades e exigências contidas neste instrumento.

**2. FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. JUSTIFICATIVA (MOTIVAÇÃO/NECESSIDADE)**

**2.1.1.** Contratação dos serviços de locação de veículos a serem disponibilizados às Zonas Eleitorais durante a realização do Pleito Eleitoral de 2024, que serão utilizados para:

- a) Deslocamento para treinamento de mesários e vistoria dos locais de votação;
- b) Entrega e afixação de portarias, avisos e editais;
- c) Fiscalização de propaganda eleitoral irregular;
- d) Entrega e convocação de mesários em áreas não tendidas pelos Correios;
- e) Preparação dos locais de treinamento;
- f) Deslocamento dos técnicos de urna para suporte no dia do Pleito;
- g) Transporte de processo entre Cartório Eleitoral, Fórum e Ministério Público;
- h) Traslado de documentos e materiais entre a sede do Cartório Eleitoral e agências dos Correios;
- i) Diversas outras atividades relacionadas à organização, preparação e realização das eleições.

**3. DESCRIÇÃO E REQUISITOS DO OBJETO**

**3.1.** Veículo com potência Mínima de 999 cilindradas (**CATSER 401-4**);

- 3.2. Ano de fabricação: veículos com no máximo 1 ano de fabricação e até 25.000 km rodados, a ser aferido no dia da entrega;
- 3.3. Capacidade: 05 passageiros;
- 3.4. Equipado com ar-condicionado e direção hidráulica;
- 3.5. Combustível: Bicombustível (álcool e gasolina);
- 3.6. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de tráfego e com seus acessórios obrigatórios compatíveis com as normas de segurança, bem como possuir toda documentação em situação regular;
- 3.7. Os veículos destinados a 3ª, 15ª, 19ª, 43ª, 47ª e 52ª Zona Eleitoral, deverão ser equipados com câmbio automático ou automatizado.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. QUANTITATIVO DE VEÍCULOS E PERÍODO DE LOCAÇÃO - ESTIMADO

4.1.1. ITEM 01 (Região Central) – veículos a serem disponibilizados em um dos municípios da Grande Vitória, exceto Guarapari e Viana.

Locais de utilização	ELEIÇÕES EM 1º TURNO		ELEIÇÕES EM 2º TURNO	
	Quantidade de veículos	Período de locação 16/07 a 09/10/2024 (85 dias)*	Quantidade de veículos	Período de locação 09/10 a 30/10/2024 (21 dias)*
		Total de diárias		Total de diárias
1ª zona	01	85	01	21
6ª zona	01	85	0	0
7ª zona	01	85	0	0
8ª zona	01***	85	0	0
9ª zona	01	85	0	0
10ª zona	01	85	0	0
11ª zona	01	85	0	0
12ª zona	01	85	0	0
14ª zona	01	85	0	0
15ª zona	01**	85	0	0
16ª zona	01	85	0	0
17ª zona	01	85	0	0
20ª zona	01	85	0	0
24ª zona	01	85	0	0
26ª zona	01	85	01	21
32ª zona	01	85	01	21
34ª zona	01	85	01	21
36ª zona	01	85	0	0
46ª zona	01	85	0	0
47ª zona	01**	85	0	0
52ª zona	01**	85	01**	21
53ª zona	01	85	01	21
54ª zona	01	85	01	21
55ª zona	01	85	01	21

57ª zona	01	85	01	21
59ª zona	01	85	01	21
19ª zona ***	01 **	85	0	0
Sede TRE/ES	01	85	01	21
-	<b>Total</b>	<b>2.380 diárias</b>	<b>Total</b>	<b>231 diárias</b>

\* o último dia de locação não é computado como diária.

\*\* veículo equipado com câmbio automático ou automatizado.

\*\*\* solicitou retirada em Vitória.

4.1.2. ITEM 02 (Região Norte) – veículos a serem disponibilizados no município de São Mateus.

Locais de utilização	ELEIÇÕES EM 1º TURNO		ELEIÇÕES EM 2º TURNO	
	Quantidade de veículos	Período de locação 16/07 a 09/10/2024 (85 dias)*	Quantidade de veículos	Período de locação 09/10 a 30/10/2024 (21 dias)*
		Total de diárias		Total de diárias
21ª zona	01	85	0	0
23ª zona	01	85	0	0
25ª zona	01	85	0	0
27ª zona	01	85	0	0
30ª zona	01	85	0	0
33ª zona	01	85	0	0
37ª zona	01	85	0	0
38ª zona	01	85	0	0
39ª zona	01	85	0	0
41ª zona	00	00	0	0
51ª zona	01	85	0	0
-	<b>Total</b>	<b>850</b>	<b>Total</b>	<b>0</b>

\* o último dia de locação não é computado como diária.

4.1.3. ITEM 03 (Região Sul) – veículos a serem disponibilizados no município de Cachoeiro de Itapemirim.

Locais de utilização	ELEIÇÕES EM 1º TURNO		ELEIÇÕES EM 2º TURNO	
	Quantidade de veículos	Período de locação 16/07 a 09/10/2024 (85 dias)*	Quantidade de veículos	Período de locação 09/10 a 30/10/2024 (21 dias)*
		Total de diárias		Total de diárias
2ª zona	01	85	0	0
3ª zona	01 **	85	0	0
4ª zona	01	85	0	0
5ª zona	01	85	0	0
13ª zona	01	85	0	0
18ª zona	01	85	0	0
22ª zona	01	85	0	0
35ª zona	01	85	0	0
40ª zona	01	85	0	0
43ª zona	01 **	85	0	0
44ª zona	01	85	0	0
48ª zona	01	85	0	0

-	<b>Total</b>	<b>1020</b>	<b>Total</b>	<b>0</b>
---	--------------	-------------	--------------	----------

\* o último dia de locação não é computado como diária.

\*\* veículo equipado com câmbio automático ou automatizado.

**4.2.** Havendo alteração das datas previstas para a realização das Eleições 2024, os prazos previstos nesta cláusula 4.1 poderão ser alterados pela Contratante.

**4.3.** As diárias estimadas para o segundo turno ficam condicionadas a existência deste na ZE e somente serão pagas caso utilizada.

#### **4.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**4.4.1.** Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, a quem compete realizar:

- a) Anotação em registro próprio das falhas detectadas e demais ocorrências.
- b) Comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

**4.4.2.** Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas no respectivo Contrato

#### **4.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.5.1.** Receber/Retirar a nota de empenho no prazo 3 dias úteis. Havendo instrumento contratual, o mesmo deverá ser assinado digitalmente no prazo de 3 dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE-ES.

**4.5.2.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**4.5.3.** Arcar com todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**4.5.4.** Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.

**4.5.5.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

**4.5.6.** Comunicar ao TRE-ES, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

**4.5.7.** Fornecer e exigir dos funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles funcionários que se negarem a usá-los.

**4.5.8.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante, instruindo seus funcionários quanto à prevenção de incêndios.

**4.5.9.** Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional.

**4.5.10.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

**4.5.11.** Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

**4.5.12.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante.

**4.5.13.** A Contratada deverá manter durante a execução deste instrumento todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

## **4.6. VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**4.6.1.** O prazo de vigência do contrato será a partir da data de sua assinatura e termino em **31/12/2024**.

## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **5.1. PREPOSTO E COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA**

**5.1.1.** Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

**5.1.2.** A contratada deverá indicar, em até 15 dias úteis, o preposto que atuará como seu representante, mediante declaração com nome completo e qualificação profissional, contendo números de telefone (fixo e celular) e endereço eletrônico para contato.

**5.1.3.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **5.2. SANÇÕES APLICÁVEIS**

**5.2.1.** O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), ou para a assinatura do contrato, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar com a UNIÃO pelo período de até 3 (três) anos.

**5.2.2.** Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o contratado que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas no art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, às seguintes penalidades:

a) Pelo atraso injustificado no início da execução do contrato, a Contratada estará sujeita a multa de mora no percentual de 0,25% ao dia, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, calculada sobre o valor do objeto em atraso.

b) Pela inexecução parcial do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 15%, calculada sobre o valor do objeto ou período inexecutado, conforme o caso.

c) Pela inexecução total do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 30%, calculada sobre o valor total do contrato.

d) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita a multa de mora no percentual de 0,25% por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

**5.2.3.** Caracterizará a inexecução contratual:

a) inexecução total do contrato: o atraso superior a 30 dias na execução do objeto.

b) inexecução parcial do contrato: o remanescente do contrato em caso de rescisão unilateral.

**5.2.4.** Poderão ser aplicadas as demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, cumuladas às multas acima previstas.

**5.2.5.** Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida.

II - as peculiaridades do caso concreto.

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública.

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**5.2.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada por meio de Guia de Recolhimento da União ou judicialmente.

**5.2.7.** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**5.2.8.** As sanções aplicadas serão publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

**5.2.9.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

**5.2.10.** A contagem dos prazos inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na execução do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

**5.2.11.** A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto executado em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

**5.2.12.** Os prazos admitem prorrogação somente nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-ES, devendo a solicitação ser sempre por escrito e recebida contemporaneamente ao fato que ensejál-a.

**5.2.13.** Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do processo.

**5.2.14.** No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**5.2.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **6. PRAZOS E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **6.1. PRAZO DE PAGAMENTO**

**6.1.1.** O Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o quinto dia subsequente ao recebimento definitivo dos serviços, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma.

**6.1.2.** O pagamento será efetuado obedecendo-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

**6.1.3.** Será considerada como “data do pagamento” o dia em que for emitida a respectiva ordem bancária.

### **6.2. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO**

**6.2.1.** O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

**6.2.2.** O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento contratado.

**6.2.3.** Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

**6.2.4.** A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

**6.2.5.** A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

**6.2.6.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , na qual:

EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

$I$  = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$   $I = 6/100/365$   $I = 0,0001643$  Em que  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.

## **7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **7.1. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**7.1.1.** Será considerado vencedor o proponente que apresentar o menor valor de diária por item.

**7.1.2.** A proposta deverá ser apresentada na forma definida no Item 11.14.

## **7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**

**7.2.1.** Apresentar, para fins de qualificação técnico-operacional, atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória dos serviços de locação de veículos automotivos.

## **8. PREÇO ESTIMADO**

**8.1.** O Valor Total Estimado para a presente contratação será conforme apuração registrada em documentos próprios pela Seção de Compras.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** A Contratação será custeada com recursos da Ação Orçamentária 02.061.0033.4269.0001 no GND 3.

## **10. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (Lei nº 13.709/2018)**

**10.1.** É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**10.2.** Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

## **11. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**11.1.** É de integral responsabilidade da CONTRATADA suportar todos os riscos inerentes à contratação, devendo, obrigatoriamente, providenciar o seguro para todos os veículos, sem ônus de franquias para o TRE-ES, nas seguintes condições: cobertura total para os casos de furto, roubo, incêndio, colisão, incluindo os aparelhos de som, vidros, retrovisores e assessorios.

**11.1.1.** Entende-se como seguro total aquele cujas coberturas oferecidas para cada veículo abrangem no mínimo:

- colisão com perda parcial e perda total;
- furto e roubo;
- incêndio, queda de raio e/ou explosão;
- responsabilidade civil facultativa de veículos (RCF-V), incluindo danos materiais causados a terceiros (DM), até o valor do limite máximo expresso em apólice não inferior a R\$100.000,00 (cem mil reais) e danos corporais causados a terceiros (DC), até o valor do limite máximo expresso em apólice não inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais);
- acidentes pessoais para passageiros (APP) até o valor do limite máximo expresso em apólice não inferior a R\$10.000,00, por ocupante.

**11.2.** No caso de sinistro a contratante será isenta de pagamento de franquia ou reparação;

**11.3.** A responsabilidade pelo registro da ocorrência, em caso de sinistro, será da contratante;

**11.4.** A contratada será responsável pela retirada e pagamento das taxas do boletim de ocorrência.

**11.5.** Como os veículos serão utilizados no apoio ao Pleito Eleitoral de 2024, além da pessoa autorizada para fazer a retirada do veículo, o seguro deverá cobrir todos os condutores que utilizarem o veículo a serviço da Justiça Eleitoral, podendo este, inclusive, solicitar a substituição dos veículos com problemas.

**11.5.1.** A solicitação de substituição de veículo que apresentou algum tipo de problema poderá ser efetuado por pessoa diferente daquela que retirou o veículo inicialmente.

**11.6.** A contratada deverá substituir o(s) veículo(s) danificado(s), em caso de defeito ou sinistro, por outro similar, no local onde ocorrer o fato, bem como tomar todas as providências para a retirada do veículo avariado;

**11.7.** O prazo de substituição deverá ser de, no máximo, 04 (quatro) horas após a solicitação, sendo este prazo aplicável, também, aos sábados domingos e feriados;

**11.8.** A contratada obriga-se, às suas expensas, a providenciar, em qualquer circunstância, as manutenções de caráter preventivo e corretivo nos veículos que serão por ela locados à contratante, de forma a conservá-lo seguro e eficiente, inclusive troca de qualquer peça por desgaste natural, e outros, tais como: troca de pneus, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freios, correias, lâmpadas, etc,

**11.9.** No caso de revisões obrigatórias recomendadas pelo fabricante ou quando da execução dos serviços de que trata o subitem anterior, a contratada obriga-se a deixar outro veículo com característica similar ou superior no lugar do veículo retirado.

## **11.10. QUILOMETRAGEM A SER CONTRATADA**

**11.10.1.** A contratação deverá ser baseada em quilometragem livre (sem limite).

## **11.11. ABASTECIMENTO**

**11.11.1** Os veículos deverão estar devidamente abastecidos (tanque cheio) no ato da entrega, pois o mesmo critério será adotado pela contratante no momento da devolução;

**11.11.2** A contratante será responsável pelo abastecimento dos veículos durante a vigência do contrato.

**11.11.3** A contratada deverá verificar, por ocasião da devolução dos veículos, se os mesmos estão devidamente abastecidos (tanque cheio), recusando a devolução daqueles que não estiverem totalmente reabastecidos, pois não há possibilidade de cobranças de combustíveis após a devolução dos veículos.

## **11.12. LOCAL DE ENTREGA E DEVOLUÇÃO DOS VEÍCULOS**

**11.12.1.** Devido a regionalização da contratação, os veículos deverão ser disponibilizados pela contratada para serem retirados e devolvidos pela contratante, da seguinte forma:

**11.12.1.1.** Veículos referentes ao ITEM 01: local – em um dos municípios da Grande Vitória, exceto Guarapari e Viana;

**11.12.1.2.** Veículos referentes ao ITEM 02: local – no município de São Mateus;

**11.12.1.3.** Veículos referentes ao ITEM 03: local – no município de Cachoeiro de Itapemirim.

**11.12.2.** Os veículos deverão ser disponibilizados, no primeiro dia da locação, entre as 08:00h e 16:00h.

**11.12.3.** A devolução dos veículos será efetuada preferencialmente até as 18h:00 do último dia de cada período, com tolerância mínima de mais 4h, sem cobrança da diária referente ao último dia pactuado.

11.13. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.13.1. O objeto deste Termo de Referência somente será aceito se atendidas todas as exigências nele contidas, que serão verificadas pela Contratante no ato da disponibilização dos veículos.

11.14. VALOR ESTIMADO DO OBJETO – TABELA

11.14.1. Referente ao ITEM 01 – Região Central

Período	Quantidade de diárias	Valor da diária (único)	Valor Parcial (Quant. de diárias x Valor da diária)
1º Turno	2.380 diárias	R\$ 91,16	(1) R\$ 216.960,80
2º Turno	231 diárias		(2) R\$ 21.057,96
VALOR TOTAL (1)+(2)			R\$ 238.018,76

11.14.2. Referente ao ITEM 02 – Região Norte

Período	Quantidade de diárias	Valor da diária (único)	Valor Parcial (Quant. de diárias x Valor da diária)
1º Turno	850 diárias	R\$ 93,80	(1) R\$ 79.730,00
2º Turno	0 diárias		(2) R\$ 0,00
VALOR TOTAL (1)+(2)			R\$ 79.730,00

11.14.3. Referente ao ITEM 03 – Região Sul

Período	Quantidade de diárias	Valor da diária (único)	Valor Parcial (Quant. de diárias x Valor da diária)
1º Turno	1020 diárias	R\$ 93,80	(1) R\$ 95.676,00
2º Turno	0 diárias		(2) R\$ 0,00
VALOR TOTAL (1)+(2)			R\$ 95.676,00



Documento assinado eletronicamente por **JEAN-MARC BOUDOU**, Técnico Judiciário, em 08/03/2024, às 16:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1114377** e o código CRC **923D9EE9**.